

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
Despacho	NP: en1mvtsf SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 17/12/2025 Projeto de lei nº 2046/2025 Protocolo nº 13355/2025 Processo nº 4124/2025	
Autor: Dep. Beto Dois a Um		

Dispõe sobre a disponibilização da Cartilha Estadual de Direitos da Gestante em versão digital no âmbito do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Estado de Mato Grosso, a Cartilha Estadual de Direitos da Gestante, em formato digital, de acesso gratuito, a ser disponibilizada nos sites oficiais da Secretaria de Estado de Saúde e da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania.

Art. 2º A Cartilha deverá conter informações claras, atualizadas e acessíveis, incluindo:

- I – direitos da gestante previstos na legislação federal, estadual e nas normas do Sistema Único de Saúde – SUS;
- II – orientações sobre pré-natal, parto humanizado, puerpério e cuidados com o recém-nascido;
- III – fluxos de atendimento dos serviços de saúde, assistência social e proteção à mulher;
- IV – localização e contatos de unidades de referência, maternidades, CRAS, CREAS, ouvidorias e canais de denúncia;
- V – conteúdos educativos e materiais informativos produzidos de forma simplificada e validada pelos órgãos competentes.

Art. 3º Os municípios ficam autorizados a reproduzir a cartilha em formato impresso, com recursos próprios ou provenientes de parcerias, respeitando a identidade visual definida pelo Estado e vedada a cobrança aos usuários.

Art. 4º A elaboração e atualização da versão digital da Cartilha poderão utilizar as estruturas, equipes técnicas e plataformas já existentes no âmbito das Secretarias responsáveis, vedada a criação de novas unidades administrativas.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias das Secretarias de Estado envolvidas, não implicando aumento de despesa obrigatória ou criação de novas estruturas administrativas.

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
---	--	---

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A criação da Cartilha Estadual de Direitos da Gestante em formato digital representa um avanço significativo na padronização, transparência e acessibilidade das informações relacionadas ao ciclo gestacional, ao parto, ao puerpério e à rede de proteção social existente no Estado de Mato Grosso. Trata-se de instrumento fundamental para orientar gestantes, puérperas e famílias sobre seus direitos, serviços públicos disponíveis, fluxos de atendimento e canais de apoio.

A disponibilização da cartilha em meio digital permite alcance universal, acesso gratuito e atualização contínua, evitando conflitos de informação entre diferentes órgãos e garantindo que as gestantes recebam orientações seguras e uniformes. A medida contribui diretamente para o fortalecimento das políticas públicas de pré-natal, parto humanizado, atenção materno-infantil e assistência social, em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

No que diz respeito ao impacto financeiro, o projeto apresenta **custo praticamente nulo** para o Estado. A produção e manutenção do conteúdo digital podem ser realizadas com as equipes técnicas já existentes, utilizando plataformas oficiais já mantidas pelas Secretarias de Estado de Saúde e de Assistência Social e Cidadania. A proposta veda a criação de novas estruturas administrativas e não implica despesas continuadas, preservando o equilíbrio fiscal.

A autorização para reprodução impressa pelos municípios amplia o alcance da iniciativa sem gerar obrigação financeira ao Estado, permitindo que cada gestão municipal avalie sua capacidade e necessidade de impressão local.

Diante de sua simplicidade, elevado alcance social e inexistência de impacto orçamentário significativo, a presente proposição representa medida eficaz e de grande relevância para a garantia dos direitos das gestantes no Estado de Mato Grosso. Por esses motivos, solicita-se o apoio dos Nobres Parlamentares para sua aprovação.

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 17 de Dezembro de 2025

Beto Dois a Um
Deputado Estadual